

Diário de Cuiabá – 01/12/2007

<http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=304472>

Ação política para pressionar governo federal

Da Reportagem

A solução para o restabelecimento do fornecimento de gás natural à usina termelétrica Mário Covas, de Cuiabá, extrapolou o campo técnico e depende agora de uma ação política. É dessa forma que os empresários enxergam uma saída para Mato Grosso, que está há 94 dias sem receber gás natural da Bolívia. Por conta da suspensão no fornecimento, a planta está parada e sem gerar energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Nestes últimos três meses, apenas uma indústria – a Sadia Oeste – e os quatro postos comercializam o GNV em Cuiabá e Várzea Grande estão recebendo o combustível que ainda resta – uma espécie de sobras que não tem volume e nem pressão para serem utilizadas pela usina – de gás natural nas tubulações do gasoduto Bolívia-Mato Grosso.

“Não há outra solução. Ou partimos para uma mobilização política, visando pressionar o governo federal a apressar uma saída ao desabastecimento de gás, ou ficamos com mais um elefante branco (no caso, a termelétrica de Cuiabá) parado”, alerta o vice-presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso (Fiemt), José Antônio de Mesquita, que é também presidente do Sindicato da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica do Estado.

O primeiro sinal concreto desta ação política foi dado ontem, durante uma visita de parlamentares mato-grossenses à usina termelétrica de Cuiabá, no Distrito Industrial. A visita foi coordenada pelo **Instituto de Energia “Acende Brasil”**, que vem realizando estudos técnicos sobre as necessidades de suprimento elétrico e fazendo alertas sobre o risco de racionamento no país.

Durante duas horas, o deputado estadual Carlos Avalone Júnior (PSDB) e os senadores Jayme Campos e Jonas Pinheiro – ambos do DEM -, estiveram em visita à usina, acompanhados do **presidente** do **Instituto Acende Brasil**, **Claudio Sales**, e do diretor de Assuntos Regulatórios, Comerciais e Institucionais da Empresa Produtora de Energia (EPE), operadora da usina, Fábio Garcia.

“Fizemos os esclarecimentos necessários aos parlamentares sobre o funcionamento da termelétrica e a situação atual da usina. Todos ficaram preocupados com a gravidade do problema, cuja solução agora passa por uma ação política do Congresso”, alertou Garcia.

Para o deputado Carlos Avalone, a visita à termelétrica deixa claro a dimensão do problema que Mato Grosso tem para resolver. “Acredito até mesmo que [o problema] é mais grave do que imaginávamos”.

MOBILIZAÇÃO – Por conta desta indiferença, os parlamentares decidiram que irão criar uma comissão para levar o assunto ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Vamos formar uma frente para pressionar o governo federal a buscar uma saída para o problema da termelétrica. Não podemos ficar com a usina parada, sob pena de termos outros prejuízos no futuro”, afirma Avalone.

Na próxima terça-feira, os parlamentares mato-grossenses participam de uma audiência pública convocada pela Comissão de Infra-estrutura do Senado para discutir a crise do abastecimento de gás no Brasil.

O diretor da EPE, Fábio Garcia, disse ter saído “com esperanças” do encontro de ontem com os parlamentares. “Notamos a preocupação da classe política e o compromisso deles em lutar para encontrar uma solução para o gás. “A nossa última esperança agora é de que o problema seja tratado como tema prioritário do governo Lula e incluído na agenda de visita que o presidente fará à Bolívia no dia 12”. **PROBLEMA** – A crise de abastecimento do gás natural para Mato Grosso foi sinalizada em maio do ano passado quando o presidente da Bolívia, Evo Morales, decretou a nacionalização dos derivados de petróleo, desde a exploração até a comercialização. Entre agosto e outubro de 2006, a usina ficou por 60 dias desativada por falta de gás e o sistema elétrico da

Baixada Cuiabana registrou blecautes em horários de pico. As negociações entre a EPE a estatal boliviana do petróleo, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) começaram efetivamente em dezembro do ano passado e até o momento não há definições. Mesmo os presidentes dos dois países acordando sobre o aumento de 253% sobre o preço o milhão de BTU de gás natural enviado para Mato Grosso em fevereiro, somente em 22 de junho deste ano, EPE e a YPFB chegaram a um acordo prévio sobre as condições de compra e venda de gás. O chamado contrato provisório foi renovado ao longo dos meses e expirou em setembro. O diretor da EPE confirmou ao Diário que houve recentemente a extensão do contrato provisório com o governo boliviano, o que na teoria garantiria o fornecimento de 1,1 milhão de metros cúbicos diários à usina até o final deste ano.

O ministro boliviano de Hidrocarburos, Carlos Villegas, afirmou no início do mês, que a Bolívia vai atender Mato Grosso como puder e que a vigência de um contrato provisório não obriga seu país a cumprir com os volumes acordados e há previsão de multas à estatal local. (MM com Marianna Peres)